

EDUCAÇÃO JURÍDICA CIDADÃ PARA A PROMOÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM RELATO DE INVESTIGAÇÃO

GILVAN LUIZ HANSEN

Universidade Federal Fluminense e Universidade de Vigo
Professor Doutor do Departamento de Direito Privado da Universidade Federal Fluminense. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN-UFF). Doutorando do Programa de Doutorado em Água, Sustentabilidade e Território da Universidade de Vigo

LAURA MAGALHÃES DE ANDRADE

Universidade Federal Fluminense e Universidade de Vigo
Investigadora do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Capes (PDSE) na Universidade de Vigo, campus de Ourense. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (UFF, BR). Mestre em Direito e Políticas Públicas (UNIRIO). Especialista em Gestão Ambiental (UFRJ). Graduada em Direito (UFF)

RESUMO: Apresenta-se a experiência de um grupo de investigação, construído a partir da relação entre direitos humanos, meio ambiente e saneamento, pautado na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e que, atualmente, amplia seu escopo para uma linha chamada “Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável na perspectiva discursiva”, coordenado pela autora, integrante do grupo de pesquisa intitulado “Democracia, Cidadania e Estado de Direito”, coordenado pelo autor. Na experiência iniciada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em 2017, campus Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil, a autora propôs a criação de um grupo aos alunos do segundo semestre de graduação, que sugeriram o direcionamento a umas das questões mais críticas por eles vivenciadas: o saneamento básico. No ranking dos cem maiores municípios brasileiros, Nova Iguaçu ocupa a 93ª posição, justificado pelo fato de não dispor de qualquer tratamento do esgoto sanitário, lançado integralmente in natura nos cursos hídricos, além de apenas 44% da população ter acesso à água potável (Instituto Trata Brasil, 2018). Diante deste cenário, o grupo partiu dos métodos jurídico-doutrinal, empírico e analítico com o objetivo de buscar, teoricamente, a compreensão do direito ambiental nos trinta anos de vigência da Constituição Federal e seu recorte para o saneamento básico, dentro das indicações dos ODS; posteriormente, direcionar, estatística e empiricamente, o olhar para a realidade do saneamento no citado município. Como resultados, pode-se constatar que, apesar de a Constituição não elencar expressamente o saneamento entre os direitos sociais do artigo 6º, esse rol é meramente exemplificativo (art. 5º, §2º, CF) e, portanto, o direito ao saneamento básico estaria implícito no texto constitucional, derivando dos direitos sociais à saúde e à moradia, o que se confirma pela expressa incumbência do Estado em materializar esse direito humano fundamental mediante políticas públicas. Empiricamente, os alunos realizaram entrevistas e registros fotográficos de grandes depósitos de resíduos a céu aberto, chamados de “lixões” e, a partir dessa experiência, sugeriram soluções às realidades por eles enfrentadas cotidianamente, o que resultou no convite da Procuradoria Geral de Nova Iguaçu (PGM) a compor uma equipe de trabalho responsável pela elaboração do novo

Plano Municipal de Saneamento Básico. Pelo exposto, evidenciam-se a relevância do protagonismo de docentes universitários na propositura de estudos e ações que contribuam para a formação crítica e cidadã de seus alunos, a partir da participação na construção de um saber que prime pela conscientização sobre seu papel no mundo e contribua para que a universidade, o poder público e toda a sociedade civil promovam debates, a fim de que seus desdobramentos se revertam, finalmente, em ações transformadoras.

PALAVRAS-CHAVE: OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; ENSINO JURÍDICO; DIREITOS HUMANOS; SANEAMENTO BÁSICO; GRUPO DE INVESTIGAÇÃO.